



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

COMUNICADO

A REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS OU MAIS UMA OPORTUNIDADE FALHADA

A degradação da qualidade da democracia em Portugal atinge, com a pretensão e a possível efetivação da “reforma da estrutura superior das Forças Armadas”, mais um patamar preocupante.

Que não venham, entretanto, todos aqueles que antes propugnaram soluções desta natureza com este fim em vista, explícita ou implicitamente, verter lágrimas de crocodilo e renegar esta solução pois ela é apenas o corolário lógico do que andaram a semear. Esmos no domínio da lei da sementeira de que nos “fala” a bíblia – **somos livres de escolher o que semear, mas não de colher – colhemos o que semeamos.**

Nas fileiras sabemos o que é importante. Importante mesmo é reconhecer que se encontram por resolver os verdadeiros problemas das Forças Armadas e dos Militares que nelas servem Portugal – a contínua e deliberada insuficiência de meios, défice de manutenção, incapacidade de prover e manter as fileiras, deliberada inoperância do ADM e do IASFA e do HFAR, atrasos nas promoções, arbitrariedade nas avaliações, desigualdades inconstitucionais no desenvolvimento das carreiras, remunerações das mais baixas no seio da Administração Pública, falta de representação dos interesses dos militares em procedimentos e processos de negociação coletiva e de representação coletiva em júízo.

Se o Sr. Ministro quer resolver os problemas das Forças Armadas, indo ao encontro das melhores práticas dos Países da Europa e da NATO, então deve aumentar os vencimentos dos militares, sem aumento há mais de uma década, e deixar-se de vãs loas em discursos de ocasião em que medalha a subserviência oportunista. Não será mais ético e proveitoso?

Se o Sr. Ministro quer resolver os problemas das Forças Armadas, indo ao encontro das melhores práticas dos Países da Europa e da NATO, então deve providenciar planos e políticas que combatam a insuficiência de meios, o défice de manutenção, a incapacidade de prover e manter as fileiras, promover a eficiência e eficácia do ADM e do IASFA e do HFAR, a regularidade do tempo das promoções, a justiça e equidade nas avaliações, o fim das desigualdades inconstitucionais no desenvolvimento das carreiras e estabelecer em lei, junto com a Assembleia da República, a representação dos interesses dos militares em procedimentos e processos de negociação coletiva e de representação coletiva em júízo.

A AOFA repudia o processo em curso, que aproveita a pandemia/surto epidémico, o confinamento e um clima de permanente tensão para atestar mais um golpe nas Forças Armadas. A promoção de uma Força

Armada não é um desígnio constitucional. A partidarização/governamentalização das Forças Armadas não é caminho a seguir!

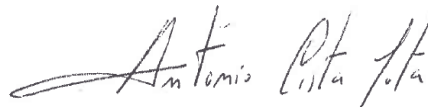
A AOFA relembra que o juramento dos Militares é feito perante toda a comunidade (o POVO) e não qualquer Partido, qualquer Governo, qualquer composição circunstancial da Assembleia da República, sequer perante qualquer Presidente da República.

É feito perante o POVO e no respeito por Valores e Princípios sagrados e que se sobrepõe a quaisquer interesses, mormente os partidários de ocasião como fuga para a frente dos problemas por resolver.

A AOFA Sublinha que estas autênticas, e sucessivas, "revoluções" trarão, de modo inevitavelmente muito negativo, um aumento de prejuízos às Forças Armadas, debilitando ainda mais (pois é sempre possível piorar) o Pilar dos Pilares da Soberania Nacional, perdida que foi, há muito, a soberania económica e em grande medida a soberania política de Portugal! Os Oficiais das Forças Armadas, por via da sua Associação representativa, cá estarão, não importa o cenário, na linha da frente na defesa de Portugal.

Trafaria, 19 de abril de 2021

O Presidente do Conselho Nacional



António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-Coronel